

# CNTM COLOCA EM PRÁTICA DECISÕES DO CONGRESSO

O que foi deliberado pelos delegados no Congresso Nacional da CNTM, em 2006, está sendo implementado de forma efetiva em todo o Brasil. Destaque para as ações sindicais, juntamente com a Força Sindical, no âmbito político nacional e internacional, e, juntamente com as Federações e os Sindicatos filiados, em várias questões básicas para a unificação dos trabalhadores metalúrgicos nas lutas por seus direitos. Confira algumas ações:

## Em defesa do FGTS



Deputado Federal Paulinho e Eleno Bezerra (CNTM) em ação no Congresso para defender o FGTS dos trabalhadores

Algumas das propostas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em janeiro pelo governo brasileiro, têm impacto direto sobre os trabalhadores – como é o caso do uso do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em obras de infra-estrutura.

Imediatamente, a CNTM e a Força Sindical entraram com uma ação no STF (Supremo Tribunal Federal) para impedir que o FGTS corra risco. Afinal de contas, o governo pretendia usar inicialmente R\$ 5 bilhões dos recursos do FGTS, sem dar nenhuma garantia de rendimento do dinheiro dos trabalhadores.

Depois, com a pressão do movimento sindical, o governo concordou

que o dinheiro vai ter um seguro, mas quer que os trabalhadores paguem por ele. Isto é inaceitável!

O FGTS é um direito adquirido com regras claras que garantem o rendimento da TR mais 3%. Vale lembrar que nas negociações entre o governo e as centrais sindicais ficou decidido que as aplicações em infra-estrutura renderiam, no mínimo, este mesmo percentual. Em nenhuma hipótese discutiu-se o ônus do pagamento de uma taxa pelos trabalhadores. “É um absurdo o dinheiro do próprio FGTS pagar pela garantia de ter ganho mínimo. Quem tem que dar as garantias é a Caixa Econômica Federal, que administra o FGTS”, afirma **Eleno**, presidente da CNTM.

## SEMINÁRIOS NACIONAIS

### Em busca do contrato coletivo nacional

A diretoria executiva da CNTM, reunida nos dias 15 e 16 de março, em São Paulo, decidiu promover seminários – em parceria com setores empresariais – para discutir os problemas do setor metalúrgico e tentar viabilizar uma negociação nacional, inclusive com ajustamento das datas-base nas regiões.

É um primeiro grande passo para o Contrato Coletivo Nacional de Trabalho.

Na reunião, contamos com a participação de dirigentes sindicais da UIL – central italiana ligada à Força Sindical –, pois reconhecemos a importante presença dos imigrantes italianos na formação do sindicalismo brasileiro.

**Datas** – Os seminários deverão ser realizados entre maio e junho e vão envolver os setores automotivo,



siderúrgico, de autopeças, eletroeletrônico e de bens de capital (máquinas e equipamentos).

As reuniões serão sediadas em Curitiba (automotivo), São Paulo (autopeças e bens de capital), Belo Horizonte (siderúrgico) e Manaus (eletroeletrônico). Em breve, divulgaremos datas, horários e locais.

“A discussão de uma estratégia conjunta – capital/trabalho – de desenvolvimento econômico para os diversos segmentos metalúrgicos é importante para a defesa da produção nacional e para a geração de emprego e cidadania aos trabalhadores”, afirma **Eleno Bezerra**, presidente da CNTM.

## Contra a redução do auxílio-doença

A CNTM e a Força Sindical estão lutando para evitar que o projeto do governo, que muda o cálculo do auxílio-doença e reduz o valor do benefício, seja aprovado no Senado. Graças à nossa intervenção, o projeto da mudança não foi aprovado por decorso de prazo (sem votação no plenário), e vai para votação na Casa.

Já nos reunimos com o presidente do Senado, Renan Calheiros, e o relator do projeto, senador Romero Jucá, para discutir o problema.

No dia 6 de março, voltamos ao Senado para falar com os líderes dos partidos e propor que a questão seja debatida no Fórum Nacional da Previdência Social, criado exclusivamente para tratar das questões previdenciárias, inclusive sobre benefícios.

### NOVO CÁLCULO

O auxílio é calculado pela média dos 80 maiores salários de contribuição do trabalhador desde 1994.

O governo quer que a média seja feita pelas 12 últimas contribuições, e fixar o último salário do tra-



A bandeira da CNTM sendo levada em mais uma imprescindível ação sindical

balhador como teto do benefício. A mudança pode provocar queda de até 86% no valor do auxílio.

O governo alega que muitos trabalhadores recebem auxílio maior do que o último salário. Isto ocorre quando o trabalhador perde o emprego e arruma outro com salário menor. Mas o trabalhador contribuiu para receber um auxílio maior.

O governo também diz que existem fraudes. Mas este argumento também é furado.

“Se há fraude, o governo tem que combater, para não prejudicar quem precisa do auxílio por direito. Só mudar o cálculo para reduzir o auxílio significa oficializar as fraudes”, afirma **Eleno Bezerra**.

## CURSOS

Estão em andamento os cursos de capacitação e formação de dirigentes sindicais da CNTM. Já foram completados os módulos na região Norte (Belém), Minas Gerais (Belo Horizonte), Centro-Oeste (Catalão/GO) e Nordeste (Fortaleza). Entre os meses de maio e agosto estão agendados cursos no Paraná, Santa Catarina e São Paulo. Em Niterói/RJ já foram realizados dois módulos e, em Bento Gonçalves/RS, um módulo. Uma outra etapa também está programada para Santo Ângelo/RS.

## Saúde e Segurança, Já!

A implantação de departamentos de Saúde e Segurança do Trabalhador em todas as federações e sindicatos filiados à CNTM é prioridade!

Esta é a opinião dos dirigentes sindicais dos metalúrgicos da Força Sindical reunidos na 1ª Oficina de Trabalho sobre Saúde do Trabalhador, realizada no último dia 15 de fevereiro, em São Paulo, no Palácio do Trabalhador.

Para eles é necessário “construir uma política nacional de saúde, segurança e qualidade de vida nos ambientes de trabalho, em todo o País, entendendo a saúde como um direi-



to humano fundamental”.

Esta política deve ser construída com os trabalhadores, durante o ano todo, por intermédio de encontros estaduais, regionais e nacionais, para definir ações sindicais nas áreas de: **preservação do meio ambiente, segurança e saúde do trabalhador**.